



**UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
CAMPUS AVANÇADO DE PATU
DEPARTAMENTO DE LETRAS VERNÁCULAS
CURSO DE LETRAS – LÍNGUA PORTUGUESA**

TAIS SONALE FERREIRA DE LIMA

**ENTRE A LIBERDADE DE EXPRESSÃO E O ÓDIO:
UMA ANÁLISE DOS DISCURSOS TRANSFÓBICOS DIRECIONADOS A ERIKA
HILTON EM ENUNCIADOS DO *TIKTOK***

PATU – RN

2025

TAIS SONALE FERREIRA DE LIMA

**ENTRE A LIBERDADE DE EXPRESSÃO E O ÓDIO:
UMA ANÁLISE DOS DISCURSOS TRANSFÓBICOS DIRECIONADOS A ERIKA
HILTON EM ENUNCIADOS DO *TIKTOK***

Artigo apresentado à Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN, *Campus* Avançado de Patu – CAP, Departamento de Letras Vernáculas, como requisito obrigatório para a obtenção do título de Licenciatura em Letras – Língua Portuguesa.

Orientadora: Profa. Dra. Luciana Fernandes Nery

PATU – RN

2025

O Todos os direitos estão reservados à Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. O conteúdo desta obra é de inteira responsabilidade do(a) autor(a), sendo o mesmo, passível de sanções administrativas ou penais, caso sejam infringidas as leis que regulamentam a Propriedade Intelectual, respectivamente, Patentes: Lei nº 9.279/1996 e Direitos Autorais: Lei nº 9.610/1998. A mesma poderá servir de base literária para novas pesquisas, desde que a obra e seu(a) respectivo(a) autor(a) sejam devidamente citados e referenciados os seus créditos bibliográficos.

Catálogo da Publicação na Fonte.
Universidade do Estado do Rio Grande do Norte.

L732e Lima, Tais Sonale Ferreira de Lima
 ENTRE A LIBERDADE DE EXPRESSÃO E O ÓDIO:
 UMA ANÁLISE DOS DISCURSOS TRANSFÓBICOS
 DIRECIONADOS A ERIKA HILTON EM ENUNCIADOS DO
 TIKTOK. / Tais Sonale Ferreira de Lima Lima. - Patu/RN,
 2025.

25 p.

Orientador(a): Profa. Dra. Luciana Fernandes Nery
Nery.

Artigo Científico (Graduação em Letras (Habilitação
em Língua Portuguesa e suas respectivas Literaturas)).
Universidade do Estado do Rio Grande do Norte.

1. discursos de ódio transfóbicos; liberdade de
expressão; TikTok; Erika Hilton.. I. Nery, Luciana
Fernandes Nery. II. Universidade do Estado do Rio Grande
do Norte. III. Título.

O serviço de Geração Automática de Ficha Catalográfica para Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC"s) foi desenvolvido pela Diretoria de Informatização (DINF), sob orientação dos bibliotecários do SIB-UERN, para ser adaptado às necessidades da comunidade acadêmica UERN.

TAIS SONALE FERREIRA DE LIMA

**ENTRE A LIBERDADE DE EXPRESSÃO E O ÓDIO:
UMA ANÁLISE DOS DISCURSOS TRANSFÓBICOS DIRECIONADOS A ERIKA
HILTON EM ENUNCIADOS DO TIKTOK**

Artigo apresentado à Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN, *Campus* Avançado de Patu – CAP, Departamento de Letras Vernáculas, como requisito obrigatório para a obtenção do título de Licenciatura em Letras – Língua Portuguesa.

Aprovada em: 25 de novembro de 2025.

Banca Examinadora

Luciana Fernandes Nery

Profa. Dra. Luciana Fernandes Nery (Orientadora)
Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN

Aline Almeida Inhoti

Profa. Dra. Aline Almeida Inhoti
Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN

Brenda de Freitas

Profa. Ma. Brenda de Freitas
Universidade Federal Rural do Semi-Árido – UFERSA

ENTRE A LIBERDADE DE EXPRESSÃO E O ÓDIO: UMA ANÁLISE DOS DISCURSOS TRANSFÓBICOS DIRECIONADOS A ERIKA HILTON EM ENUNCIADOS DO *TIKTOK*

Tais Sonale Ferreira de Lima¹
Prof.^a Dr.^a Luciana Fernandes Nery²

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo investigar como as estratégias discursivas são utilizadas para perpetuar discursos transfóbicos contra Erika Hilton em postagens de seu perfil @erikahiltonsp, buscando compreender os limites entre a liberdade de expressão e o discurso de ódio na internet. O interesse pela pesquisa surgiu da necessidade de investigar o modo como os sujeitos transfóbicos têm utilizado as redes sociais para expressar preconceito e intolerância em relação às mulheres transexuais. A pesquisa é de natureza qualitativa, descritiva e documental, fundamentando-se nos estudos discursivos foucaultianos, com base em Foucault (2010, 2008, 2014), Gregolin (2007), Bento (2006), Butler (2021) e Jesus (2014), além de autores que discutem a liberdade de expressão, os discursos de ódio e a transfobia. O *corpus* desta pesquisa constitui-se da seleção de sete (7) comentários coletados em postagens do perfil @erikahiltonsp no *TikTok*, entre janeiro de 2020 e outubro de 2025. Os comentários foram selecionados de acordo com critérios de relevância discursiva, recorrência temática e presença explícita de elementos transfóbicos. Com base na análise dos dados, evidencia-se que a produção e circulação de discursos de ódio sustentam processos de marginalização e exclusão das mulheres transexuais negras. Essas práticas transfóbicas revelam relações de poder que objetificam e subjetificam corpos dissidentes, reafirmando a urgência de discutir criticamente os mecanismos discursivos que legitimam a violência simbólica nas redes sociais.

Palavras-chave: discursos de ódio transfóbicos; liberdade de expressão; *TikTok*; Erika Hilton.

ABSTRACT

The present paper has as objective to investigate how discursive strategies are used to perpetuate transphobic speeches against Erika Hilton in posts on her profile @erikahiltonsp, seeking to understand the limits between freedom of expression and hate speech on the internet. The interest in this research arose from the need to investigate how transphobic individuals have used social media to express prejudice and intolerance towards transsexual women. The research is qualitative, descriptive, and documentary in nature, based on Discourse Analysis, also based on Foucault (2010, 2008, 2014), Gregolin (2007), Bento (2006), Butler (2021), and Jesus (2014),

¹ Graduanda do curso de Letras – Língua Portuguesa (Licenciatura), *Campus* avançado de Patu – CAP, Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN. E-mail: taissonale@alu.uern.br

² Professora na Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), no Departamento de Letras Vernáculas do Campus Avançado de Patu (CAP). Doutora em Linguística (PROLING/UFPB). E-mail: lucianafernandes@uern.br.

as well as authors who discuss freedom of expression, hate speech, and transphobia. The *corpus* of this research consists of a selection of seven (7) comments collected from posts on the *TikTok* profile @erikahiltonsp, between January 2020 and October 2025. The comments were selected according to criteria of discursive relevance, thematic recurrence, and explicit presence of transphobic elements. Based on the data analysis, it is evident that the production and circulation of hate speech sustain processes of marginalization and exclusion of black transsexual women. These transphobic practices reveal power relations that objectify and subjectify dissident bodies, reaffirming the urgency of critically discussing the discursive mechanisms that legitimize symbolic violence on social media.

Keywords: transphobic hate speech; freedom of expression; *TikTok*; Erika Hilton.

1 INTRODUÇÃO

Os mecanismos de comunicação evoluíram significativamente no decorrer dos anos. Com isso, uma mensagem que antes demorava horas ou dias para chegar aos seus destinatários, em apenas um clique é transmitida instantaneamente. Nesse cenário, plataformas como *TikTok*, *Instagram* e *Kwai* vêm ganhando gradativamente mais notoriedade, tornando-se meios de divulgação de informações na modernidade. Entretanto, também se transformam em palco para discursos preconceituosos e para a prática de crimes cibernéticos. Diante desse quadro de ampla circulação de informações, intensificam-se discursos violentos e práticas discriminatórias.

De acordo com Freitas e Castro (2013), a liberdade de expressão é descrita como o direito de um sujeito manifestar opiniões e ideias quase de maneira absoluta, desde que não infrinja a dignidade humana. No entanto, tal recurso passou a ser utilizado de maneira indevida para propagar o ódio, um problema que migrou da vida real para o ambiente digital. Nesse contexto, observa-se que figuras públicas, como a deputada Erika Hilton, mulher trans, negra e de esquerda, legitimamente eleita no Brasil, têm enfrentado esse tipo de violência. Mesmo sendo bastante atuante na política brasileira, ela é alvo de comentários transfóbicos e racistas que têm a intenção de desqualificá-la como ser humano devido à sua identidade de gênero, descredibilizando sua trajetória política e suas conquistas.

Diante disso, o objetivo geral deste trabalho é investigar como as estratégias discursivas são utilizadas para perpetuar discursos transfóbicos contra Erika Hilton em postagens no *TikTok*, no perfil @erikahiltonsp. Como objetivos específicos, pretendemos: a) identificar as condições de emergência dos discursos de ódio no *TikTok* contra Erika Hilton; b) analisar como os discursos transfóbicos atuam para invisibilizar e reduzir a autoridade de Erika Hilton no ambiente político; e c) examinar como discursos de ódio na plataforma *TikTok* são legitimados pela liberdade de expressão e contribuem para a manutenção da exclusão de mulheres negras e trans na política.

O presente estudo se justifica pela necessidade de compreender como a liberdade de expressão tem se tornado um recurso utilizado por sujeitos racistas e transfóbicos em plataformas de comunicação. Dessa forma, a relevância desta pesquisa se estabelece pela necessidade de entender como a violência discursiva no ambiente digital afeta diretamente a participação política de mulheres trans e negras, contribuindo para a manutenção de desigualdades estruturais e marginalizando esses sujeitos.

É importante destacar que a transfobia é um problema político-social enraizado em estruturas de poder que buscam desqualificar corpos e identidades. Diante disso, o *corpus* desta pesquisa constitui-se a partir da seleção de sete (7) comentários coletados em postagens do perfil @erikahiltonsp, no *TikTok*, entre janeiro de 2020 e outubro de 2025. Os comentários foram selecionados de acordo com critérios de relevância discursiva, recorrência temática e presença explícita de elementos transfóbicos. A escolha do perfil se deu pelo número de seguidores (1,3 milhão) e pelo fato de Erika Hilton ter grande destaque no cenário político nacional. Além disso, o perfil analisado é público e os usuários da plataforma, de certo modo, têm livre acesso.

A metodologia adotada na pesquisa é de natureza qualitativa e utiliza o método arqueogenealógico de Michel Foucault, articulando simultaneamente a arqueologia, que busca analisar as condições discursivas, e a genealogia, que examina as relações de poder que atravessam a história e a memória. Além disso, a pesquisa se caracteriza como descritiva e documental, tendo em vista que o *corpus* do trabalho foi selecionado a partir de comentários encontrados em publicações no *TikTok*, que funcionam como registro de práticas discursivas online. Como aporte teórico, nos baseamos em Foucault (2005, 2008, 2014) e Gregolin (2007). Em seguida, discutem-se as concepções de liberdade de expressão e discursos de ódio a partir de Bento (2006), Butler (2021), Jesus (2014), Freitas e Castro (2013), Andrade (2021) e Sturza e Schorr (2015). Para discutir as mídias digitais, foram utilizados Nunes, Moraes e Souza (2020), dentre outros.

Mediante o exposto, o presente artigo está organizado da seguinte forma: na primeira seção, apresenta-se a “Introdução”, que norteia o leitor sobre os limites entre a liberdade de expressão e os discursos de ódio no ambiente virtual. Na segunda seção, intitulada: “*Discurso, poder e controle social: silenciamentos, liberdade de expressão e manifestações de ódio*” são abordadas: as noções de discurso; os processos de silenciamento e aprisionamento dos corpos transexuais; e as divergências entre a liberdade de expressão e os discursos de ódio.

A terceira seção, intitulada: “Transfobia, política e representação: uma análise dos discursos de ódio contra Erika Hilton no *TikTok*” é composta pelas análises dos comentários de ódio encontrados no perfil, que apontam para questões de gênero, raça, opinião política e de identidade. Posteriormente, apresentam-se as “Considerações finais”, que sintetizam os principais resultados obtidos durante a pesquisa. Por meio da análise de enunciados transfóbicos dirigidos a Hilton no *TikTok*, buscou-se compreender como discursos atravessados por relações de poder (re)produzem e naturalizam formas de exclusão e violência contra sujeitos negros transexuais.

2 DISCURSO, PODER E CONTROLE SOCIAL: SILENCIAMENTOS, LIBERDADE DE EXPRESSÃO E MANIFESTAÇÕES DE ÓDIO

2.1 Noções sobre discurso, poder e exclusão

As concepções de Foucault (2008) sobre discurso, formação discursiva e enunciado, presentes na obra “*Arqueologia do Saber*”, representam uma das principais contribuições para a Análise do Discurso, pois se distanciam das abordagens estruturalistas e linguísticas tradicionais. Para Foucault (2008), o discurso não deve ser compreendido como uma simples junção de frases dotadas de sentido, mas como atos históricos que influenciam os modos de pensar, agir e

dizer.

De acordo com Foucault (2014) os discursos são atravessados por relações de poder e por normas que determinam o que pode ser dito, por quem e em quais condições. Desse modo, “é preciso encontrar palavras quando as há, é preciso dizê-las até que elas me encontrem” (Foucault, 2014, p. 6). A partir dessa reflexão, o autor descreve o discurso como um jogo de palavras, no qual os sujeitos se influenciam mutuamente. Assim, os discursos vão além das regras gramaticais ou do simples ato de falar, possuindo sentidos amplos e complexos, constituídos social e historicamente de acordo com a época em que são proferidos. Nesse sentido, Foucault (2008) afirma:

Chamaremos de discurso um conjunto de enunciados, na medida em que se apoiem na mesma formação discursiva; ele não forma uma unidade retórica ou formal, indefinidamente repetível e cujo aparecimento ou utilização poderíamos assinalar (e explicar, se for o caso) na história; é constituído de um número limitado de enunciados para os quais podemos definir um conjunto de condições de existência. O discurso, assim entendido, (...) é, de parte a parte, histórico (Foucault, 2008, p. 143).

A partir da visão arqueogenealógica de Foucault, o discurso pode ser compreendido como um conjunto de enunciados que compartilham a mesma formação discursiva. O autor explica que o discurso não constitui uma unidade formal ou retórica, mas integra um conjunto de enunciações delimitadas por condições específicas de existência. Isso significa que ele não é uma ação repetitiva ou universal, à medida que é formado por um número limitado de enunciados cuja visibilidade é determinada por regras de formação.

Tais regras são estabelecidas por mecanismos de exclusão e regimes de verdade, que definem o que pode ser considerado legítimo ou aceitável em determinado contexto histórico e social. Dessa forma, os discursos estabelecem relações de poder, determinando quais vozes podem ser ouvidas, o que pode ser dito e quais ideias são aceitas como verdadeiras na sociedade.

Para compreender como os discursos produzem efeitos de poder, é essencial analisar a noção de enunciado. Foucault (2008) destaca que:

O enunciado [...] é uma função de existência que pertence, exclusivamente, aos signos, e a partir da qual se pode decidir, em seguida, pela análise ou pela intuição, se eles “fazem sentido” ou não, segundo que regra se sucedem ou se justapõem, de que são signos, e que espécie de ato se encontra realizado por sua formulação (oral ou escrita). [...] ele não é em si mesmo uma unidade, mas sim uma função que cruza um domínio de estruturas e de unidades possíveis e que faz com que apareçam, com conteúdos concretos, no tempo e no espaço (Foucault, 2008, p. 98).

Dessa forma, o enunciado não deve ser entendido como uma simples frase ou ideia isolada, mas como uma prática sociohistórica. Sua existência depende de outros enunciados proferidos em contextos específicos e situados em momentos históricos determinados. Assim, o enunciado organiza e atravessa as estruturas discursivas, mostrando como o que é dito está sempre relacionado às condições sociais e históricas de sua produção.

Os enunciados compõem os discursos e são responsáveis por definir o que pode ser dito e aceito como verdade em cada época. Entretanto, isolados, não produzem sentido, sendo necessário que estejam organizados e orientados por formações discursivas. Na perspectiva de Foucault (2008), as formações discursivas

são compreendidas como:

no caso em que se puder descrever, entre um certo número de enunciados, semelhante sistema de dispersão, e no caso em que entre os objetos, os tipos de enunciação, os conceitos, as escolhas temáticas, se puder definir uma regularidade (uma ordem, correlações, posições e funcionamentos, transformações), diremos, por convenção, que se trata de uma formação discursiva (Foucault, 2008, p. 43).

As formações discursivas constituem sistemas de regularidades que interligam um conjunto de enunciados, permitindo observar correlações, posições e transformações entre eles ao longo do tempo e do espaço. Elas não são estruturas fixas, na verdade, modificam-se conforme as mudanças sociais e históricas. Desse modo, os discursos são formados por grupos de enunciados que compartilham significados construídos historicamente e retomam dizeres já proferidos, reatualizando-os. Mediante essa perspectiva, as formações discursivas estão no espaços sociais onde se produzem os significados e, como consequência dessa ação, nos sujeitos são constituídos. Portanto, as identidades sociais não são neutras ou naturais, mas são formadas a partir dos discursos que sustentam as relações de poder que as atravessam.

Os mecanismos de poder, então, têm efeitos diretos na construção das identidades sociais. A partir do século XVIII, o dispositivo da sexualidade passou a gerir as práticas discursivas, instituições e saberes, organizando o modo como as sociedades ocidentais compreendem e regulam o sexo. Tal ação se distancia de ser um mero mecanismo de repressão: produz discursos médicos, jurídicos, pedagógicos e psicológicos que têm a intenção de classificar o comportamento humano, definindo normas e padronizando a identidade sexual. Dessa forma, a sexualidade deixa de ser vista como algo fluido e natural e passa a ser entendida como pertencente ao campo do poder-saber, no qual categorias como “normal”, “anormal”, “perverso” ou “saudável” são historicamente construídas. Gregolin (2007, p. 17) afirma que: “as identidades são, pois, construções discursivas: o que é ‘ser normal’, ‘ser louco’, ‘ser incompetente’, ‘ser ignorante’, senão relatividades estabelecidas pelos jogos desses micropoderes?”. A autora explica que os micropoderes são formas sutis de poder que operam no dia a dia através de normas sociais, nas práticas institucionais e nos discursos que classificam e regulam comportamentos.

Compreender como os discursos constroem e legitimam identidades é essencial para analisar os processos contemporâneos de exclusão, que incidem especialmente sobre mulheres transexuais. A permanência de discursos que naturalizam a exclusão por meio de estigmas evidencia práticas de poder voltadas ao controle e disciplina da população. Essa dinâmica se manifesta de forma intensa sobre os corpos e identidades de mulheres transexuais, tornando fundamental analisar como ocorre o silenciamento dessas comunidades e o controle de suas vidas e corpos na contemporaneidade.

2.2 Silenciamentos, gestão das vidas e controle dos corpos transexuais

Ao longo da história, a violência de gênero tem se manifestado de diversas maneiras, especialmente na política, nas redes sociais e na medicina. Entre essas manifestações, a mais evidente está relacionada à violência contra as mulheres, marcada pela negação de direitos e pelo silenciamento de suas vozes. Em relação

às mulheres trans, esse processo é ainda mais intenso devido à transfobia, termo que pode ser entendido, conforme Jesus (2012, p. 29), como: “Preconceito e/ou discriminação em função da identidade de gênero de pessoas transexuais ou travestis”. Trata-se, de uma forma de descriminação estrutural que dificulta o acesso a serviços básicos, como justiça, saúde e reconhecimento social, perpetuando sua exclusão. Assim, a ausência de políticas públicas eficazes e o preconceito enraizado na sociedade contribuem para manter mulheres transexuais em situação de maior vulnerabilidade e invisibilidade social.

De acordo com Sturza e Schorr (2015), os sujeitos transexuais convivem com intenso conflito entre corpo e identidade, o que os leva ao sofrimento e a uma busca constante por reconhecimento. Os corpos transexuais são frequentemente atravessados por tensões entre como são percebidos socialmente e como se reconhecem em sua identidade de gênero. Esse desencontro gera sofrimento físico e psicológico, não por estarem “presos em seus corpos”, mas pelas barreiras impostas para o reconhecimento de suas identidades. Nesse contexto, o corpo não deve ser compreendido como uma prisão, mas como um território de disputa simbólica e política, no qual se expressam tensões entre identidade, gênero e pertencimento. A experiência trans evidencia o impacto das normas sociais nos modos de existir, revelando como as estruturas de poder moldam a forma como o corpo é visto, vivido e reconhecido.

A medicina ainda tende a tratar pessoas transexuais como pacientes que precisam ser “corrigidas” ou “normalizadas”, enquanto o Estado frequentemente dificulta o acesso à retificação de documentos e ao reconhecimento de direitos básicos. A mídia e a política também contribuem para essa marginalização ao restringir a presença e a voz dessas pessoas nos espaços sociais e institucionais. Mais do que um conflito individual, trata-se de uma questão coletiva que envolve o direito à autodeterminação, à dignidade e ao reconhecimento social.

Mediante essa discussão, compreende-se que o silenciamento e a exposição são formas de controle que operam sobre corpos dissidentes. Gregolin (2007, p. 15) compreende que o “[...] silenciamento e exposição são duas estratégias que controlam os sentidos e as verdades”. Essa reflexão permite entender que o silenciamento forçado imposto às mulheres transexuais não é um fenômeno isolado, mas parte de um mecanismo de poder que busca limitar sua presença social e política. Logo, os crimes direcionados a essas mulheres não ocorrem por acaso, mas reforçam a invisibilização de suas vozes e a negação de suas existências, configurando-se como uma prática persistente de exclusão e violência.

Em conformidade com Bento (2006, p. 14), “a despatologização da transexualidade significa politizar o debate, compreender como o poder da medicalização/biologização das condutas sexuais e dos gêneros ressignifica o pecaminoso no anormal”. A autora demonstra que o processo de patologização da transexualidade vai além do campo médico, pois também está presente na política, que tende a romper com a lógica que transforma a diferença em doença. A medicina, por sua vez, classifica a transexualidade como um transtorno psicológico, intensificando a exclusão e legitimando a ideia de que corpos e identidades trans são anormais e necessitam de correção.

Diante disso, Jesus (2014, p. 10) destaca que o “transfeminismo protesta contra quaisquer hierarquizações de opressões, (...) mas principalmente das que subalternizam trans e cis (pessoas não-trans), que erigem cis acima de trans”. O transfeminismo busca questionar a hierarquia que descreve as pessoas cis como superiores aos sujeitos trans. Essa ideia ultrapassada, de que ser cis é uma regra

natural na construção dos seres humanos, intensifica e sustenta a cisnormatividade, preservando estruturas de poder que buscam silenciar a existência das mulheres transexuais. Tal manifestação é uma forma de denunciar a desigualdade existente na sociedade, evidenciando que a transfobia, além de ser considerada um crime no Brasil, não se limita a atos individuais, mas faz parte de um mecanismo estrutural que constitui as relações sociais, políticas e institucionais.

No ambiente midiático e político, especialmente nas plataformas digitais, como o *TikTok*, os discursos transfóbicos têm se intensificado e as mulheres trans são alvos constantes de ataques, sabotagens e exclusões. Esses discursos não devem ser vistos como fatos isolados, mas como parte de um sistema que busca afastá-las das esferas de poder. Dessa maneira, é importante destacar que as mídias digitais têm agido como um dispositivo disciplinador, já que “a profusão dessas imagens age como um dispositivo de etiquetagem e de disciplinamento do corpo social” (Gregolin, 2007, p. 18). Neste sentido, os discursos veiculados pela mídia têm propagado a agressão e a desqualificação de mulheres trans, demonstrando que não há espaço de fala nesses dispositivos, em uma tentativa de silenciá-las.

Percebe-se, assim, que a violência transfóbica ultrapassa o âmbito pessoal, demonstrando ser uma estratégia de silenciamento coletivo e institucional. Os discursos transfóbicos nas plataformas de comunicação exemplificam os conflitos entre a liberdade de expressão e os discursos de ódio, evidenciando como essas narrativas podem desqualificar e silenciar mulheres transexuais, perpetuando a violência institucional que demarca limites sobre os grupos marginalizados.

2.3 Liberdade de expressão *versus* discurso de ódio: tensões conceituais e políticas

Na Antiguidade e na Idade Média, a liberdade de expressão não era um conceito autônomo e ficava limitada às autoridades religiosas e políticas, sendo censurada pela ideia de preservar a ordem e a ortodoxia. Com o surgimento da imprensa no século XV, a circulação de informações passou a chegar à população rapidamente e em larga escala, permitindo que discursos religiosos, políticos e morais fossem reproduzidos massivamente e ganhassem força. A imprensa possibilitou a formação de uma esfera pública mais ampla, ao mesmo tempo em que consolidou mecanismos de controle e padronização das opiniões, já que aquilo que era impresso adquiria status de verdade. Nos séculos seguintes, a expansão dos jornais, panfletos e, posteriormente, do rádio e da televisão transformou os meios de comunicação em agentes fundamentais na produção de subjetividades e na legitimação de discursos sobre moralidade, gênero e poder. Apenas no final do século XX, com o surgimento da internet e das redes sociais, é que foram intensificadas as discussões jurídicas e filosóficas que passaram a reforçar a importância de uma liberdade de expressão mais crítica e responsável, que tivesse a capacidade de equilibrar os direitos individuais e coletivos.

Nesse contexto, o uso da língua é essencial, pois, mais do que um meio de comunicação, é uma ferramenta de transformação, essencial para a luta por uma sociedade justa e pacífica, principalmente quando se trata de grupos marginalizados como os LGBTQIAPN+, que recorrem aos discursos como instrumento para reivindicarem seus direitos. Nesse contexto, Andrade (2021, p. 33) destaca que: “foi por meio do uso incessante da palavra que, ao longo do tempo, diversos grupos sociais conquistaram direitos(...)”desse modo, a palavra não é apenas uma

expressão individual, é uma ferramenta poderosa, capaz de questionar as normas sociais e instigar as comunidades a lutarem por seus direitos, incentivando mudanças em diversas áreas, como, por exemplo, na esfera jurídica, cultural e política. É por meio dessa apropriação que grupos marginalizados conseguem ampliar a sua presença na sociedade.

Nesse sentido, “a liberdade consiste em um direito de escolha, (...) na qual o indivíduo ou um segmento social exerce plenamente a sua autodeterminação.” (Freitas; Castro, 2013, p. 332). Sendo assim, a liberdade de expressão é uma questão complexa, mas possui limites, mesmo que decorra do direito de escolha e de difusão de informações. Sua utilização só é considerada legítima quando não interfere em interesses políticos nem viola os direitos de outras pessoas. Embora seja um dos pilares das sociedades democráticas, ainda precisa estar em consonância com outros direitos fundamentais, como a igualdade e a dignidade das mulheres transexuais para que não seja usada como ferramenta de opressão.

Segundo Freitas e Castro (2013), mesmo sendo possível expressar opiniões, há um limite para os conteúdos que podem ser ditos. Esses limites são amparados por meios legais e sociais, que impedem que essa liberdade seja utilizada para encobrir atos de violência. Em outras palavras, esse direito não pode ser usado como um salvo-conduto, como uma permissão para agir sem consequências a fim de ferir, denegrir, difamar ou incitar a violência. Em alguns episódios, a liberdade de expressão é utilizada para desumanizar e agredir comunidades e sujeitos, algo que tem se tornado comum quando se trata de mulheres trans.

Quando se ultrapassam os limites da simples opinião, tem-se o que se denomina “discurso do ódio” (*hate speech*): “Tal discurso apresenta como elemento central a expressão do pensamento que desqualifica, humilha e inferioriza indivíduos e grupos sociais” (Freitas; Castro, 2013, p. 344). Nessa perspectiva, o discurso de ódio vai além de uma crítica ou de uma simples discordância, haja vista que tem a intenção de ferir a dignidade humana, reprimindo as pessoas e reforçando as estruturas de exclusão e os estereótipos. Trata-se de enunciados que negam o valor social e político dos sujeitos, buscando inferiorizá-los. No caso da transexualidade, esse fenômeno se manifesta na negação de suas identidades, nos estigmas sociais e na ridicularização pública, que reforçam essa exclusão social.

Estes discursos têm como objetivo principal menosprezar as pessoas pelas suas características identitárias, levando em conta aspectos físicos, sociais, orientação sexual, origem ou deficiências: “O discurso do ódio tende a inviabilizar o caráter comunicativo da liberdade de expressão (...) busca a exclusão do exercício da cidadania, comprometendo a própria democracia” (Freitas; Castro, 2013, p. 345-346). Desse modo, a liberdade de expressão pode se tornar uma arma poderosa contra as pessoas, desestabilizando o campo democrático e impedindo que grupos, como os LGBTQIAPN+, participem ativamente dos debates públicos.

Quando a linguagem passa a ser utilizada como um mecanismo de exclusão, esses discursos rompem os limites da liberdade de expressão, que deve buscar o diálogo e a escuta de todas as vozes. Logo, deixa de ser um instrumento de troca de informações e passa a ser usada como uma arma para silenciar, intimidar e marginalizar. A partir disso, as mulheres trans são abertamente atacadas por narrativas transfóbicas que têm como objetivo principal negar sua legitimidade social, afastando-as do exercício pleno da cidadania e reforçando o patriarcalismo.

Segundo Butler (2021, p. 7), “quando afirmamos ter sido feridos pela linguagem, fazemos que tipo de afirmação? Atribuímos uma agência à linguagem, o poder de ferir e nos posicionamos como objetos de sua trajetória injuriosa”. A

linguagem tem o poder de causar dor e sofrimento nos seres humanos, afetando o emocional e a vida social. Ao compreender esse poder, entende-se que as palavras não são apenas capazes de transmitir informações, mas também atuam sobre os sujeitos com a intenção de humilhar ou até mesmo de construir, de forma negativa, a imagem de uma pessoa ou de determinados grupos.

De acordo com Andrade (2021, p. 11), “podemos definir o discurso de ódio como a manifestação ou expressão, motivada por preconceito ou intolerância, por meio da qual uma pessoa ou um grupo é discriminado, com base em suas características identitárias”. Há incontáveis manifestações que se proliferam na sociedade por meio dessa ação, mas os que têm estado mais presentes são o preconceito, a discriminação e a intolerância que, em muitos dos casos, são potencializados pela viralização nas redes sociais.

Vale a pena ressaltar que uma das maiores intercorrências enfrentadas na atualidade consiste em equilibrar a liberdade de expressão com a proteção da dignidade humana. O Supremo Tribunal Federal (STF) (Brasil, 2019) equiparou os crimes de homofobia e transfobia ao crime de racismo (Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão n.º 26/2019), ou seja, tais delitos são amparados por meio da Lei nº 7.716/1989, reforçando que o discurso de ódio não pode ser protegido sob o manto da liberdade de expressão.

Mediante o cenário jurídico e social, tornou-se importante analisar situações concretas utilizando, como exemplo, os discursos de ódio e crimes transfóbicos que têm se manifestado continuamente nas mídias digitais. Para isso, utilizou-se como *corpus* os ataques direcionados à deputada Erika Hilton no *TikTok*, aspecto analisado na seção seguinte.

3 TRANSFOBIA, POLÍTICA E REPRESENTAÇÃO: UMA ANÁLISE SOBRE OS DISCURSOS DE ÓDIO CONTRA ERIKA HILTON NO TIKTOK

A análise dos ataques direcionados à deputada Erika Hilton nas plataformas de comunicação, especialmente no *TikTok*, permitem compreender como discursos transfóbicos operam em diferentes esferas sociais e políticas. Diante disso, esta seção busca examinar como determinadas estratégias discursivas validam a exclusão, o silenciamento e a deslegitimação de mulheres transexuais no espaço digital, considerando a interação entre poder, discurso e visibilidade política. A investigação se desenvolve a partir de três categorias de análise, relacionando cada enunciado às formações discursivas que os tornam possíveis.

As categorias foram definidas com base na recorrência de padrões discursivos identificados no *corpus*. A primeira subseção, “A validação de discursos de ódio contra Erika Hilton”, busca identificar as condições de emergência dos discursos de ódio no *TikTok* contra a deputada. Em seguida, a subseção “Estratégias discursivas de silenciamento e deslegitimação política” analisa como os discursos transfóbicos atuam para invisibilizar e reduzir a autoridade de Erika Hilton no ambiente político por meio de ataques que questionam sua competência, caráter ou legitimidade.

Por outro lado, à medida que esses discursos se intensificam, emerge também a tentativa de justificar tais ataques por meio da liberdade de expressão, fundamento da terceira subseção: “Liberdade de expressão como dispositivo de legitimação do ódio”, na qual se examina como esse argumento é mobilizado para justificar ataques transfóbicos, inviabilizando a responsabilização das práticas de ódio sob a aparência de defesa de um direito individual. Dessa forma, compreende-

se como tais justificativas obscurecem a responsabilidade social e legal, permitindo que discursos transfóbicos sejam mascarados como opinião pessoal ou crítica legítima, o que decerto contribui para a manutenção da exclusão de mulheres negras e trans na política.

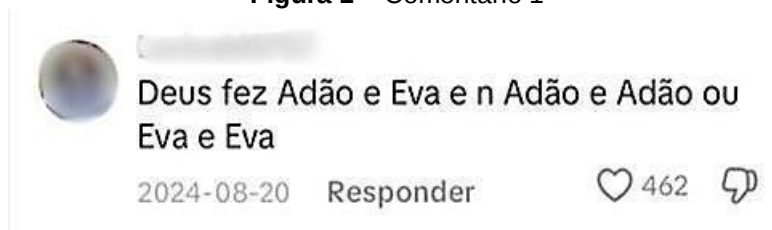
Essas categorias de análise evidenciam que os discursos de ódio não apenas refletem preconceitos individuais, mas operam como mecanismos estruturais de exclusão social e política, transformando o ambiente digital em um espaço hostil para mulheres transexuais. O conjunto analítico apresentado possibilita compreender a complexa interseção entre transfobia, poder e representação política, reforçando a urgência do desenvolvimento de estratégias mais efetivas de enfrentamento.

3.1 A validação de discursos de ódio contra Erika Hilton

No decorrer do processo de análise do perfil de Erika Hilton, no *TikTok*, percebe-se que entre os comentários mais comuns estão aqueles que consideram os corpos transexuais como desviantes e pecadores. Ao observar as condições de emergência que possibilitam a circulação de tais discursos, constata-se que esses enunciados são validados pela religião e pela medicina, e retratam a identidade de gênero como doença. O vídeo no qual os comentários 1 e 2 foi publicado Erika Hilton apresenta um projeto para que o casamento homoafetivo se torne lei no Brasil. Esse momento não foi bem aceito, e a parlamentar foi atacada com falas LGBTfóbicas pela bancada oposita, descrita por ela como bolsonarista e fundamentalista.

Nessa perspectiva, a primeira postagem contém o seguinte enunciado:

Figura 1 – Comentário 1



Fonte: <https://www.tiktok.com/@erikahilton> (Acesso em 16 de outubro de 2025).

A imagem expõe um comentário exposto no perfil do *TikTok* de Erika, no ano de 2020. Observa-se um enunciado que resgata uma memória religiosa, retomando o relato bíblico da criação do homem e da mulher. Essa narrativa, frequentemente, acionada em debates públicos, funciona como um argumento de autoridade que se apoia no texto religioso para justificar determinados valores morais, sobretudo ligados à sexualidade e ao gênero. Ao invocar esse tipo de memória, o enunciador não apenas reafirma uma visão conservadora de mundo, mas também tenta legitimar uma moral sexual baseada na heterossexualidade.

Nesse sentido, ao dizer: “Deus fez Adão e Eva, e não Eva e Eva ou Adão e Adão”, o enunciado não se limita a expressar uma opinião pessoal, opera como uma estratégia discursiva de descredibilização das relações homoafetivas e das identidades de gênero. A repetição dessa crença religiosa, amplamente difundida em ambientes digitais e em contextos de disputa política, reforça a ideia de que apenas relações heterossexuais são naturais, legítimas e aceitáveis. Assim, o sujeito estabelece uma fronteira entre aqueles que pertencem à ordem que é tida como

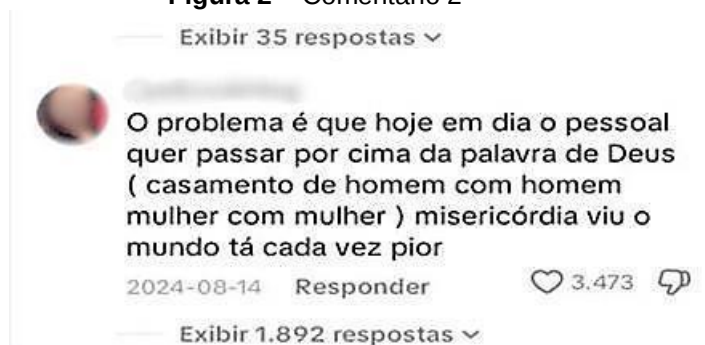
“natural”, representada pelo casal heterossexual, e aqueles considerados “desviantes” ou “inadequados”, como nos casos dos sujeitos LGBTQIAPN+ e, especialmente, as mulheres trans.

Esse tipo de discurso também atua como mecanismo de manutenção de uma padronização e normatividade que se sustenta na ideia de que gênero e sexualidade são fixos, binários e determinados por uma ordem divina. Ao recorrer à narrativa religiosa, o sujeito atribui uma suposta autoridade incontestável ao seu argumento, apagando a dimensão histórica e cultural da construção dos gêneros. Além disso, tal discurso reforça a violência ao recusar a legitimidade das identidades trans, posicionando-as fora daquilo que é considerado moral ou socialmente aceitável.

Esse movimento não opera apenas no plano da crença, mas também na produção de subjetividades, pois ao limitar a sexualidade e a identidade de gênero, esses discursos amplificam a ideia de que tudo é fixo, pronto e acabado. Nessa perspectiva, a sexualidade não é um dado natural ou imutável, mas algo construído pela sociedade, objetivando e/ou subjetivando os sujeitos transexuais de acordo com os moldes sociais que nos atravessam. Assim, enquanto os discursos normativos tentam instituir uma sexualidade fixa e estável, a experiência humana demonstra que a sexualidade é fluida, plural e permanentemente reconstruída.

É importante notar que, ao se manifestar dessa forma, o enunciador não apenas expressa transfobia, mas também contribui para a reprodução de estigmas sociais que produzem exclusão, marginalização e silenciamento. Discursos dessa natureza, sobretudo quando circulam em plataformas de grande alcance como o *TikTok*, fazem parte de uma disputa discursiva mais ampla sobre quem tem o direito de existir, de amar e de ocupar espaços de visibilidade pública. Dentre os comentários selecionados, vejamos a postagem a seguir:

Figura 2 – Comentário 2



Fonte: <https://www.tiktok.com/@erikahiltonsp> (Acesso em 16 de outubro de 2025).

Neste enunciado, o autor utiliza uma moral religiosa para criticar comportamentos que, segundo ele, vão contra a palavra de Deus, como o casamento entre pessoas do mesmo sexo. Ao afirmar que “o mundo está cada vez pior”, o enunciador expressa uma visão de mundo moldada por produções discursivas religiosas, nas quais a diversidade de gênero e a sexualidade são vistas como um desvio dos valores divinos. Assim, reproduz-se um discurso de condenação moral, fundamentado em interpretações religiosas que buscam legitimar a exclusão e o julgamento da comunidade LGBTQIAPN+.

Como afirma Butler (2021, p. 52): “certos tipos de enunciados, quando proferidos pelos que se encontram em posições de poder contra seus subordinados, produzem o efeito de subordinação para aqueles a quem tais enunciados são

dirigidos”. Levando em conta o conteúdo analisado no perfil de Erika Hilton, observa-se que os discursos proferidos a partir de uma autoridade moral, ancorada na cultura cristã, utilizam a “palavra de Deus” para classificar as identidades trans como pecaminosas. Essa prática discursiva não apenas expressa uma crença religiosa, mas mobiliza estruturas de poder historicamente legitimadas, reforçando hierarquias sociais e colocando sujeitos trans em posições de subordinação.

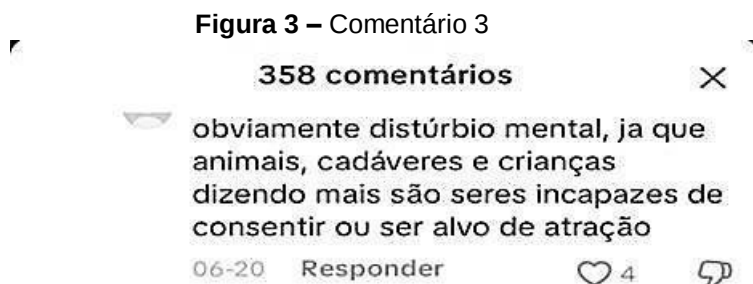
Sob a perspectiva de Butler (2021), esses enunciados podem ser compreendidos como parte do processo de transição de gênero, no qual as normas sociais e culturais produzem e reiteram o que é considerado legítimo ou natural. Ao invocar a moral religiosa para desqualificar identidades dissidentes, o discurso reforça a matriz heteronormativa, que regula os corpos e as identidades possíveis dentro da sociedade. Assim, o comentário analisado evidencia como a linguagem atua como instrumento de poder, produzindo exclusão e marginalização daqueles que desafiam as normas de gênero estabelecidas.

O Comentário 2 não se configura como uma expressão individual, mas como uma manifestação de poder que reafirma normas religiosas e sociais responsáveis por perpetuar a intolerância e a exclusão. Nesse enunciado, observa-se o uso da narrativa religiosa como forma de propagar o ódio e legitimar práticas discursivas tradicionais que, ao serem reproduzidas nas mídias digitais, continuam a exercer controle simbólico sobre os corpos transexuais. De acordo com Foucault (2008), tais discursos estão relacionados a uma forma de poder que não se origina apenas das instituições religiosas ou políticas, mas que circula nas relações cotidianas entre os sujeitos. Embora o comentário possa parecer uma simples opinião pessoal, carrega significados profundos, pois o sujeito enunciatador (re)produz normas sociais e morais que buscam regular a sexualidade e definir o que é considerado natural ou aceitável.

Dessa maneira, o Comentário 2 atua na produção de verdades sustentadas por discursos religiosos tradicionais, que reafirmam a heterossexualidade e a cisgeneridade, ou cis, como a “correta”. Sobre o termo “cis”, cumpre destacar que se trata de uma “(...) categoria que se refere à pessoa que se identifica com o gênero atribuído no nascimento (...). A pessoa cisgênera seria, então, aquela cujo sentimento de ser de um gênero coincide com o sexo designado no nascimento” (Hining; Toneli, 2023, p. 2). Em outras palavras, os indivíduos cis são aqueles que se sentem confortáveis com o gênero designado a partir do sexo biológico. Assim, evidencia-se que tais formações discursivas funcionam como mecanismos de controle e regulamentação dos corpos e das identidades, mantendo estruturas de poder e exclusão sob a aparência de uma moral religiosa.

Bento (2006) destaca que antes mesmo da transexualidade ser classificada como uma doença mental ela já era condenada religiosamente, sendo vista como um desvio e uma anormalidade. Essa condenação criou padrões discursivos que, posteriormente, foram incorporados e legitimados pelo discurso médico, reforçando a ideia de que os corpos trans são errados e necessitam de correção, perpetuando a lógica de controle e patologização das identidades dissidentes. Erika publicou em seu perfil um recorte de uma entrevista da qual participou, na qual uma das pautas abordadas foi o discurso de ódio. No vídeo, a deputada utiliza como exemplo a discriminação que as mulheres trans enfrentam durante as Olimpíadas, destacando que muitas não são aceitas em competições femininas sob a justificativa de sua “genética”. Érika também comenta as dificuldades relacionadas ao uso de banheiros e a intolerância presente na sociedade, ressaltando como esses episódios revelam a persistência de preconceitos e a influência do discurso de ódio na vida dessas mulheres. A imagem a seguir retrata como a identidade sexual de Erika Hilton é

interpretada como uma doença psicológica:



Fonte: <https://www.tiktok.com/@erikahiltonsp> (Acesso em 16 de outubro de 2025).

O comentário em questão se utiliza do vocabulário médico-psicológico para sustentar a ideia de que a identidade sexual de Erika não é uma escolha individual, mas um “distúrbio mental³”, portanto, uma condição patológica. Ao recorrer a esse tipo de discurso, o sujeito mobiliza a autoridade científica para validar sua opinião, demonstrando que as mulheres trans seriam incapazes de diferir o certo do errado ou de pensar por si mesmas, reproduzindo visões históricas que associavam a transexualidade a doenças mentais.

Quando o sujeito utiliza o advérbio “obviamente”, não apenas expressa certeza, mas também impõe uma barreira ao diálogo. O uso dessa palavra sinaliza uma posição de desprezo e rejeição, evidenciando a existência de uma fronteira simbólica entre o que é considerado normal e o que é visto como anormal. Assim, o discurso atua na manutenção da norma cisheteronormativa, sistema de regras pré-estabelecido, cultural e socialmente, baseado na identidade cisgênero e na orientação heterossexual como as únicas formas legítimas e naturais de existir, ou seja, define quais corpos e identidades são reconhecidos como legítimos na sociedade.

O comentário analisado compara as mulheres trans a “animais, cadáveres e crianças”, categorias tradicionalmente associadas à ausência de racionalidade e autonomia. Essa comparação produz o apagamento da humanidade das mulheres trans, enquadrando-as como objetos ou corpos sem agência. Tal associação contribui para a negação de seus direitos de existir, desejar e serem desejadas, sustentando estruturas excludentes e reforçando mecanismos sociais de desumanização.

Dessa forma, o comentário em questão não somente reproduz discursos médicos historicamente patologizantes, mas participa ativamente na produção de sentidos que marginalizam identidades trans. O uso de termos técnicos, de comparações desumanizantes e de marcadores linguísticos certamente evidenciam um posicionamento ideológico sustentado por uma visão binária e excludente de gênero, que reafirma fronteiras entre o que é socialmente aceito e o que é negado.

Observa-se, ainda, um atravessamento entre o saber médico e o saber religioso. Enquanto o discurso médico enquadra as sexualidades consideradas

³ Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS) (2018), a CID (Classificação Internacional de Doenças) e o DSM (Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais) reforçam o caráter de verdade científica que esse discurso busca construir. Esses manuais, durante décadas, classificaram a transsexualidade como um transtorno mental, legitimando práticas médicas e psicológicas que ultrapassavam os limites éticos do cuidado e, muitas vezes, resultavam em torturas físicas e psicológicas. A partir de 2018, a OMS deixou de associar as identidades de gênero a problemas psicológicos, passando a entendê-las como uma condição relacionada à saúde sexual.

“desviantes” no campo da anormalidade e da doença, o discurso religioso as associa ao “desvio” e ao “pecado da carne”. A articulação desses dois regimes de saber intensifica o processo de estigmatização, conferindo legitimidade moral e científica às práticas discursivas que desumanizam os sujeitos transexuais. Essas estratégias discursivas se manifestam em práticas de silenciamento e deslegitimação política, direcionadas especialmente a figuras públicas transexuais, como Erika Hilton.

3.2 Estratégias discursivas de silenciamento e deslegitimação política

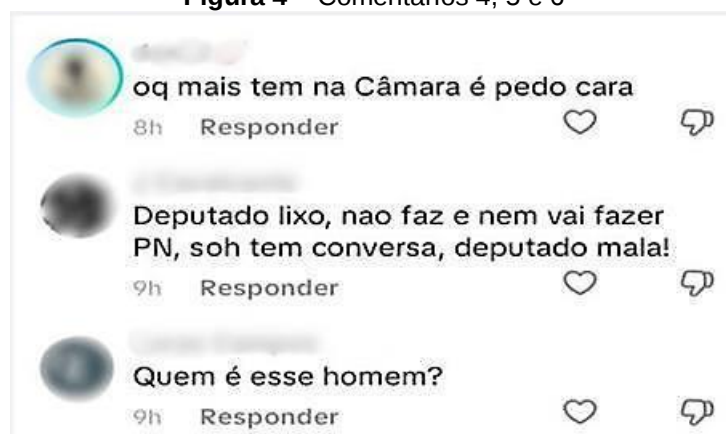
Durante o processo de seleção dos dados realizados a partir do perfil de Hilton (@erikahiltonsp) no *TikTok*, observou-se a presença de diversos enunciados de teor político, que buscavam desqualificar a atuação da deputada. Esses ataques estavam diretamente relacionados ao fato dela ser uma mulher transexual, negra e de orientação política de esquerda. Diante disso, torna-se essencial refletir sobre como o desempenho da parlamentar no ambiente político é constantemente atravessado por ataques pessoais voltados à sua identidade de gênero e às suas crenças e valores.

Esses discursos ultrapassam o campo da simples discordância política, configurando-se como estratégias de exclusão discursiva que buscam negar a legitimidade de corpos transexuais em espaços de poder e representação. Nesse sentido, Braga (2025, p. 193) aponta que “negar ou reduzir consideravelmente essas capacidades e conhecimentos são práticas das ideologias patriarcais (...) que assim dificultam o desenvolvimento pessoal, profissional, cultural, social, econômico e político das mulheres (...)”. A autora evidencia que a deslegitimação da fala feminina é um processo histórico, enraizado na sociedade, e que atravessa diferentes contextos, sendo reutilizado por sujeitos contemporâneos para marginalizar mulheres trans por meio de práticas transfóbicas. Nos discursos direcionados a Hilton, no *TikTok*, fica evidente a negação de sua identidade de gênero e de sua competência enquanto deputada.

Neste sentido, essa prática atua como uma nova forma de silenciamento que reafirma o domínio da heteronormatividade sobre as esferas de poder. Segundo Jesus (2014), os sujeitos transgêneros são marginalizados e silenciados por meio de formações discursivas que propagam o medo e a desumanização, tornando-os invisíveis aos olhos da sociedade. Assim, os discursos transfóbicos atuam como mecanismos que tentam anular a existência e silenciar suas vozes, inserindo-se em estruturas patriarcais que enquadram os sujeitos da comunidade LGBTQIAPN+ como aberrações ou doentes, reforçando sua exclusão do espaço público.

À vista disso, os ataques transfóbicos direcionados a Erika podem ser entendidos como uma atualização de práticas patriarcais de silenciamento e de opressão voltadas aos corpos transexuais. A Figura 4 foi extraída de uma postagem de Hilton em que ela aparece na Câmara dos Deputados fazendo críticas ao governo do ex-presidente Jair Bolsonaro e ao uso desenfreado das redes sociais por crianças e adolescentes. A postagem analisada a seguir evidencia o preconceito que Erika Hilton enfrenta na política, revelando como a transfobia tenta deslegitimar sua atuação e limitar o reconhecimento de sua presença como mulher trans e negra em posições de poder:

Figura 4 – Comentários 4, 5 e 6



Fonte: <https://www.tiktok.com/@erikahiltonsp> (Acesso em 16 de outubro de 2025).

Os discursos apresentados na Figura 4 não são simples questionamentos sobre a atuação de Erika na política, mas mobilizam estruturas de poder que visam desclassificar sua identidade de gênero e, conseqüentemente, questionar sua posição no campo político. Isso ocorre porque determinados sujeitos sentem-se no poder de vigiar, julgar e controlar aspectos da vida íntima de outras pessoas, como se lhes coubesse estabelecer “em que situação se encontra o sexo” ou a identidade de gênero de outras pessoas. Tal postura revela a persistência de mecanismos normativos que regulam corpos e subjetividades, sobretudo quando se trata das mulheres trans.

De acordo com Jesus (2021, p. 140), “cissexismo é um sistema opressor das pessoas cis sobre as pessoas trans. Reconhece-se que existem discursos cissexistas, isto é, a deslegitimação das identidades trans”. Diante disso, o fato da identidade da deputada ser abertamente criticada no *TikTok* por meio de expressões que remetem ao gênero masculino, ou por ironias, constitui uma forma de cissexismo discursivo, que reforça hierarquias simbólicas e exclui corpos dissidentes do espaço político.

Os enunciados 4, 5 e 6 apresentam um tom moralizante, difamatório e discriminatório, evidenciando estratégias linguísticas voltadas à deslegitimação e à exclusão de uma mulher transexual do espaço político. Ao assumirem para si o poder de determinar quem é “homem” e quem é “mulher”, os sujeitos dos comentários se colocam como agentes de controle social sobre corpos e identidades. Desse modo, o uso insistente do gênero masculino opera como um mecanismo de correção identitária, produzindo violência ao tentar reinscrever a imagem da parlamentar não como mulher transexual, mas como homem, o que se configura como uma forma de apagamento discursivo que busca invalidar sua vivência e existência.

No enunciado do sujeito A (Comentário 4), observa-se o uso de uma linguagem ofensiva, dirigida inicialmente à própria instituição da Câmara dos Deputados, com o propósito de generalizar e desqualificar o trabalho parlamentar. Ao empregar o termo “cara”, para se referir à parlamentar, o sujeito não apenas desrespeita sua identidade feminina, mas também procura reafirmar normas tradicionais de gênero. Trata-se de uma tentativa de reposicionar Erika em uma categoria identitária masculina, negando-lhe reconhecimento e perpetuando a ideia de que pessoas trans não pertencem legitimamente ao campo político e social.

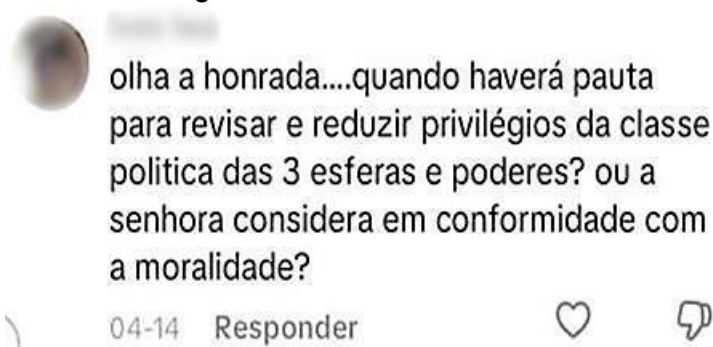
O sujeito B (Comentário 5), por sua vez, tenta reduzir a deputada a uma

espécie de impostora, negando-lhe relevância política e ativista. Ao empregar o termo “deputado”, no masculino, reforça a negação da identidade de gênero. Essa escolha linguística funciona como uma estratégia de hostilidade e exclusão, que minimiza sua atuação política e perpetua o não reconhecimento institucional de sua identidade feminina.

Já o sujeito C (Comentário 6), ao perguntar: “quem é esse homem?”, intensifica ainda mais o processo de invisibilização da parlamentar. Nesse enunciado, Erika é discursivamente anulada: sua identidade de mulher é ignorada e apenas a categoria “homem” é mencionada como referência possível. Esse ato de nomear produz apagamento social, tendo em vista que retira da mulher transexual qualquer possibilidade de ser vista e legitimada enquanto sujeito político e enquanto mulher. Para além de configurar um ato de transfobia, trata-se também de uma forma de violência contra a mulher, uma vez que opera a deslegitimação de sua condição feminina.

Em conjunto, esses discursos evidenciam como determinadas práticas linguísticas podem operar como dispositivos de violência, manifestando preconceito, transfobia, calúnia e difamação. As palavras possuem força performativa: elas atingem, produzem danos e deixam marcas. A negação sistemática do gênero de uma mulher transexual não apenas a desumaniza, como também reforça estruturas de poder que buscam limitar sua presença no espaço público, regulando quem pode ou não ocupar posições de representação na política. A Figura 5 foi retirada de um vídeo em que Érika participa de um evento voltado à comunidade LGBTQIA+, no núcleo “Ícones e Musas”, no qual ela é homenageada com uma pintura no Museu de Arte de São MASP. Vejamos o comentário a seguir:

Figura 5 – Comentário 7



Fonte: <https://www.tiktok.com/@erikahiltonsp> (Acesso em 16 de outubro de 2025).

A partir do Comentário 7, assim como ocorre nos demais já analisados, observa-se que o *TikTok*, enquanto ambiente de debate e exposição identitária, constitui-se como um cenário propício à emergência de discursos polêmicos e ao surgimento de grupos com diferentes pontos de vista. Dessa forma, o enunciador se posiciona segundo uma formação discursiva moralizante, mobilizando estratégias de desqualificação de Erika Hilton.

Ao utilizar a expressão “olha a honrada”, o sujeito aciona um repertório discursivo baseado na ironia, com o intuito de colocar em dúvida a competência e a credibilidade da deputada no campo político. Além disso, ao fazer a pergunta: “quando haverá pauta para revisar e reduzir privilégios da classe política das 3 esferas e poderes?”, o enunciador não busca instaurar um diálogo, mas criar um confronto entre posições ideológicas divergentes, especialmente porque a parlamentar está vinculada a um partido de esquerda. Essa estratégia discursiva

transforma o espaço de interação em um campo de disputa simbólica, no qual a ironia atua como instrumento de ataque disfarçado de humor, tornando a crítica mais sutil e socialmente legitimada.

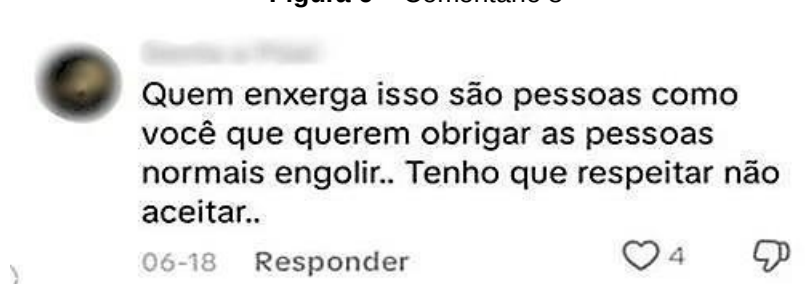
A ironia, presente no discurso apresentado no Comentário 7, produz, portanto, um efeito de desmoralização, reforçando a representação da classe política como corrupta e privilegiada. Assim, o sujeito reafirma sua posição moralista e antipolítica, apresentando-se como porta-voz da moralidade e defensor do bem comum, ao mesmo tempo em que reproduz estereótipos de descrédito em relação à esfera política institucional. Tal ação demonstra a resistência que a sociedade tem em aceitar a pluralidade de gênero, utilizando-se da liberdade de expressão para reforçar a propagação e legitimação de discursos de ódio, aspecto a ser analisado a seguir.

3.3 Liberdade de expressão como dispositivo de legitimação do ódio

Mediante os discursos analisados nos posts de Erika Hilton, observa-se um padrão de enunciados que mobilizam o argumento da liberdade de expressão como justificativa para legitimar discursos de ódio e práticas transfóbicas. Frequentemente, os espaços de interação digital funcionam como mecanismos discursivos de exclusão e opressão. Ao se apoiarem no direito de opinar, esses sujeitos tentam desviar o foco do conteúdo discriminatório por meio da liberdade individual. Assim, o agressor passa a ser representado como vítima de censura, mascarando a dimensão violenta presente nos enunciados. Os discursos abaixo foram proferidos em duas postagens distintas de Erika. A Figura 6 está presente em um vídeo no qual Érika discute a discriminação que mulheres transexuais sofrem na sociedade. Já a Figura 7 corresponde a um vídeo de seu cotidiano, em que a parlamentar grava uma “arrume-se comigo” para participar de um evento de arte no MASP, onde estava sendo homenageada.

Nesse contexto, os Comentários 8 e 9 evidenciam uma formação discursiva atravessada por discursos de ódio que se sustentam sob a dita “liberdade de expressão”.

Figura 6 – Comentário 8



Fonte: <https://www.tiktok.com/@erikahiltonsp> (Acesso em 16 de outubro de 2025).

O comentário apresentado na Figura 6, do mesmo modo que aqueles previamente analisados, surge nas redes sociais, espaços marcados pela intensa circulação de discursos e pela possibilidade de visibilidade ampliada. Nesses ambientes, práticas de linguagem atuam como mecanismos de legitimação ou reforço de preconceitos. Diante disso, o enunciado 8 exemplifica uma manifestação de violência contra as mulheres trans, evidenciada pela oposição entre “pessoas normais” e “pessoas como você”. Essas formulações funcionam como estratégias de exclusão discursiva.

Segundo Jesus (2012), o transfeminismo busca justamente denunciar como discursos aparentemente banais, proferidos no cotidiano, podem ser subentendidos como opinião e, de forma indireta, reproduzir estruturas de opressão, reafirmando desigualdades de gênero e sexualidade. Portanto, o que é dito no comentário exposto se insere nesse quadro ao apresentar identidades trans como desviantes ou anormais, ao passo que posiciona a cisgeneridade como norma legítima. Trata-se de uma prática discursiva que reforça o apagamento de identidades trans, alinhando-se ao que a autora descreve como mecanismos sociais de marginalização, que operam tanto em contextos institucionais quanto nas interações informais.

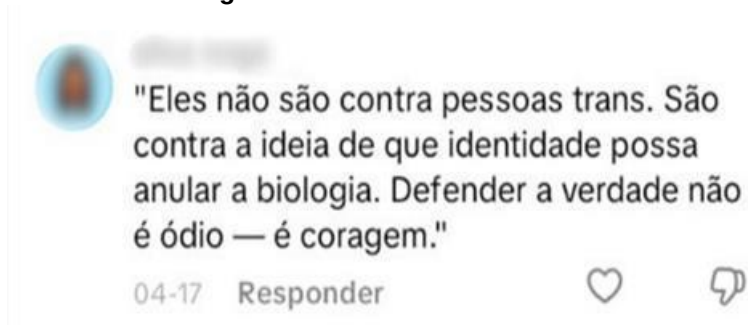
A formulação de que pessoas trans querem obrigar “as pessoas normais a engolir” mobiliza uma inversão, na qual um grupo historicamente marginalizado e excluído, como as mulheres transexuais, passa a ser retratado como opressor. Esse tipo de estratégia discursiva pode ser entendida como uma forma de resistência às mudanças de poder, ou seja, ao colocar os sujeitos que são oprimidos como a fonte do problema, o sujeito tenta neutralizar as tentativas dos sujeitos trans de serem reconhecidos perante a sociedade.

Vergueiro (2015) descreve que esse processo discursivo está associado à cisnormatividade, entendida como a busca persistente da sociedade de moldar os sujeitos. No enunciado 8, essa lógica se torna evidente pela oposição entre “normal” e “anormal”, indicando que a cisgeneridade é tratada como o único estado aceitável, enquanto as demais identidades de gênero são vistas como desvios a serem tolerados e não reconhecidos e respeitados como parte legítima da sociedade. Essa estrutura reforça ainda mais a ideia de que a presença de mulheres trans e negras no espaço público seria incômoda ou ilegítima.

Além disso, o perfil que publicou o comentário não apresenta identificação, como nome de usuário ou foto de perfil. Esse anonimato, comum nas plataformas digitais, contribui para a sensação de impunidade, intensificando a circulação de discursos violentos. Tal ação, contudo, torna-se relativizada na sociedade atual, pois é possível detectá-los por meio do endereço de IP. Vivemos em um contexto no qual praticamente tudo é monitorado: cada passo, gesto e fala acabam sendo incorporados aos processos de vigilância. Em outras palavras, vigiamos uns aos outros como forma de controle das normas.

Nessa mesma linha de raciocínio, apresenta-se a Figura 7, também proveniente do *TikTok*, na qual o sujeito utiliza a plataforma para propagar a transfobia. A análise desse comentário demonstra como o ambiente digital tem se tornado um espaço para a circulação de discursos que reforçam estigmas sociais.

Figura 7 – Comentário 9



Fonte: <https://www.tiktok.com/@erikahiltonsp> (Acesso em 16 de outubro de 2025).

O usuário que postou o comentário 9 também não apresenta a foto e utiliza somente um “avatar”, elemento que funciona na internet como representação virtual

de uma pessoa ou de uma marca. O uso de avatares é igualmente problemático, pois pode assumir inúmeras formas, desde personagens fictícios até figuras geométricas, favorecendo o anonimato. No que se refere ao conteúdo, o sujeito afirma que “eles não são contra pessoas trans” e nega que possuam pensamentos transfóbicos. Contudo, logo em seguida, expõe que são “contra a ideia de que identidade possa anular a biologia”, reforçando a ideia de que mesmo que a parlamentar se identifique socialmente como mulher, de acordo com o seu código genético ela permanecerá sendo um homem.

Dessa forma, o sujeito tenta fugir da responsabilidade por sua ação, justificando-se com o argumento de que estaria apenas defendendo a “verdade”, ou seja, relatando os fatos de acordo com a ciência. Ainda assim, torna-se evidente a falta de empatia em relação às mulheres trans, especialmente à deputada Erika Hilton. Esse discurso contribui para a exclusão social, uma vez que o enunciador recorre à biologia como argumento para legitimar seu posicionamento excludente diante da identidade de gênero.

Esse tipo de formação discursiva é bastante comum na atualidade: inicialmente, o sujeito nega seu posicionamento discriminatório; em seguida, reafirma suas crenças para sustentar o preconceito. Além disso, busca reconfigurar o discurso de ódio como um ato de “coragem” ou de “defesa da verdade”. Dessa maneira, o autor do Comentário 9 se apropria da liberdade de expressão para desqualificar o gênero da parlamentar, transformando seu discurso em uma ação aparentemente legítima quando, na verdade, mobiliza argumentos históricos que negam a humanidade e a identidade de pessoas trans.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante da análise dos dados, destaca-se como os discursos transfóbicos direcionados à deputada Erika Hilton, especialmente nas mídias digitais como o *TikTok*, utilizam estratégias discursivas de silenciamento e exclusão de corpos transexuais, frequentemente, mascaradas sob o pretexto da liberdade de expressão. Nesse contexto, percebe-se que as redes sociais se configuram como arenas discursivas complexas, nas quais diferentes regimes de poder se manifestam, atualizando práticas históricas de controle e marginalização de corpos trans.

Os comentários analisados se organizam em torno de três eixos principais: (I) eixo religioso e moral, fundamentado em escrituras bíblicas e valores cristãos, que descrevem pessoas trans como pecadoras ou desviantes da moral; (II) eixo médico-biológico, que associa a transexualidade à patologia, ao desvio de conduta ou à anormalidade, legitimando práticas de exclusão sob o pretexto do discurso científico; e o (III) eixo político-ideológico, que desqualifica a atuação da parlamentar a partir de marcadores como raça, identidade de gênero e posicionamento político, resultando em uma repressão simbólica e social.

Esses três eixos evidenciam que os discursos de ódio não são manifestações individuais ou isoladas, mas expressões de formações discursivas históricas que reproduzem normas patriarcais e estigmas sociais, reforçando estruturas de poder excludentes. Assim, os enunciados analisados funcionam como instrumentos de controle social, impondo limites à visibilidade e à representatividade das identidades LGBTQIAPN+, principalmente em espaços de poder político.

Outro ponto relevante identificado é o uso distorcido da liberdade de expressão. Muitos discursos transfóbicos se apropriam desse direito como justificativa para inverter os papéis entre vítima e agressor, camuflando práticas

discriminatórias sob o argumento de opinião pessoal. Essa inversão enfraquece a responsabilização jurídica e normaliza a violência simbólica, o que reforça a importância de compreender a liberdade de expressão não como um direito absoluto, mas como um instrumento ético-político que deve preservar a dignidade humana e promover a igualdade.

Compreender a transfobia é essencial para desnaturalizar práticas de exclusão e revelar como a linguagem opera enquanto dispositivo de poder. Os discursos analisados afetam diretamente a vida cotidiana e política das pessoas, sobretudo de mulheres negras e trans como Erika Hilton. Na verdade, o que as experiências históricas das pessoas trans demonstram é que o silenciamento institucional restringe a sua participação em espaços públicos e perpetua desigualdades estruturais.

Diante dessa discussão, conclui-se que a análise dos discursos transfóbicos nas mídias digitais é uma ferramenta fundamental para o desenvolvimento de práticas sociais, políticas e jurídicas mais inclusivas. Ao evidenciar a produção e a circulação massiva desses enunciados na internet, torna-se urgente a criação de estratégias eficazes de enfrentamento à transfobia através de políticas públicas, bem como a ampliação dos espaços de fala das pessoas trans.

Por fim, este trabalho almeja ampliar os debates acadêmicos e sociais sobre os limites entre a liberdade de expressão e o discurso de ódio frente aos direitos da população LGBTQIAPN+. O objetivo é tensionar as fronteiras entre poder e linguagem, reafirmando a importância do discurso como instrumento de transformação social diante das barreiras éticas e jurídicas impostas pela comunicação no ambiente virtual.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, André Gustavo Corrêa de. **Liberdade de expressão e discurso de ódio**. Revista da EMERJ, Rio de Janeiro, v. 23, n. 1, p. 9-34, 2021.

BENTO, Berenice. **A reinvenção do corpo**: sexualidade e gênero na experiência transexual. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

BENTO, Berenice. Brasil: país do transfeminicídio. **Centro latino-americano em sexualidade e direitos humanos**, Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: <http://www.clam.org.br/destaque/conteudo.asp?cod=11606>. Acesso em: 04 mai. 2025.

BRAGA, Amanda. O silenciamento das mulheres na política brasileira. In: BRAGA, Amanda. **A fala feminina**: silenciamentos e resistências. São Paulo: Editora Jandaíra, 2025, p. 336-383.

BRASIL. **Artigo 19º**: Todo ser humano tem direito à liberdade de expressão e opinião. [Brasília]: Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, 14 dez. 2018. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2018/novembro/artigo-19deg-todo-ser-humano-tem-direito-a-liberdade-de-expressao-e-opinioao-1>. Acesso em: 09 abr. 2025.

BRASIL. **Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989**. Define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor. Brasília/DF, 1989. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7716.htm. Acesso em: 05 nov. 2025.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal (STF). **Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão nº 26 e Mandado de Injunção nº 4733**. Relator: Min. Celso de Mello. Julgado em 13 jun. 2019. Disponível em: <https://portal.stf.jus.br/processos/listarProcessos.asp?classe=ADO&numero=26>. Acesso em: 05 nov. 2025.

BUTLER, Judith. **Discurso de ódio: uma política do performativo**. São Paulo: Editora Unesp, 2021. Disponível em: <https://archive.org/details/judith-butler-discurso-de-odio-uma-politica-do-performativo-judith-butler/page/n1/mode/2up?view=theater>. Acesso em: 09 abr. 2025.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. 7ª. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. 24. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade**: curso no Collège de France (1975-1976). 2ª. ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010.

FREITAS, Riva Sobrado; CASTRO, Matheus Felipe de. Liberdade de expressão e discurso do ódio: um exame sobre as possíveis limitações à liberdade de expressão. **Revista Sequência**, Florianópolis, n. 66, p. 327-355, jul., 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.5007/2177-7055.2013v34n66p327>. Acesso em: 16 mai. 2025.

GREGOLIN, Maria do Rosário. Análise do discurso e mídia: a (re)produção de identidades. **Comunicação, Mídia e Consumo**, São Paulo, v. 4, n. 11, p. 11-25, nov., 2007. Disponível em: <https://revistacmc.espm.br/revistacmc/article/view/117>. Acesso em: 24 set. 2025.

HINING, Ana Paula Silva; TONELI, Maria Juracy Filgueiras. Cisgeneridade: um operador analítico no transfeminismo brasileiro. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 31, n. 1, p. 1-15, jan., 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/BtLpSzcvY7BJx7t4nz6vSvC/?lang=pt>. Acesso em: 12 set. 2025.

JESUS, Jaqueline Gomes de. **Orientações sobre identidade de gênero**: conceitos e termos. 2. ed. Brasília: [s.n.], 2012. Disponível em: <https://www.diversidadesexual.com.br/wp-content/uploads/2013/04/G%C3%8ANERO-CONCEITOS-E-TERMOS.pdf>. Acesso em: 12 set. 2025.

JESUS, Jaqueline Gomes de. **Transfeminismo**: teorias e práticas. Rio de Janeiro: Metanoia Editora, 2014.

MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. **Feminismo e política**: uma introdução. São Paulo: Boitempo Editorial, 2015.

NUNES, Suzana Gilioli da Costa; MORAES, Nelson Russo de; SOUZA, Fernando da Cruz. **As mídias digitais e a nova sociedade:** um olhar sobre as interações humanas e as relações organizacionais. Palmas, TO: EDUFT, 2020.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). **Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde – 11ª Revisão (CID-11).** Genebra: OMS, 2018. Disponível em: <https://www.who.int/classifications/icd/en/>. Acesso em: 12 set. 2025.

STURZA, Janaína Machado; SCHORR, Janaína Soares. **Transexualidade e os direitos humanos:** tutela jurídica ao direito à identidade. Revista Jurídica Cesumar, v. 15, n. 1, p. 265-288, jan./jun. 2015.

VERGUEIRO, Viviane Simakawa. **Por inflexões decoloniais de corpos e identidades de gênero inconformes:** uma análise autoetnográfica da cisgeneridade como normatividade. 2015. 244 f. Dissertação (Mestrado em Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/19685>. Acesso em: 10 nov. 2025.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, agradeço a Deus, pois foi Ele quem me sustentou durante a minha jornada, sendo fonte de inspiração e força. Esteve presente nos momentos de fraqueza e de intenso conflito, concedendo serenidade e iluminando meu caminho para que eu chegasse até este momento. A Ele dedico toda a minha gratidão, por me conceder saúde e fé para persistir, mesmo quando as dificuldades batiam a minha porta. Foi através de Sua mão amorosa e acolhedora que fui capaz de aprender o valor da perseverança, da humildade e da esperança.

Agradeço, do fundo do meu coração, aos meus pais, meus irmãos e ao meu esposo, que são meus pilares, que me apoiam e sustentam com seu amor e compreensão. Em especial, expresso minha gratidão ao meu irmão, Alysso Chyarely de Lima Ferreira, e a minha mãe, Francisca Maria de Lima, que estiveram presente em cada etapa da minha vida, oferecendo apoio, incentivo e companheirismo. Foi por meio de suas palavras e atitudes que fui capaz de superar os obstáculos e chegar até este momento.

Registro minha mais profunda gratidão a minha orientadora, Profa. Dra. Luciana Fernandes Nery, cuja paciência, sabedoria e dedicação foram fundamentais para a realização desta pesquisa. Suas orientações foram, além da supervisão acadêmica, um suporte intelectual e motivacional em todos os momentos. Cada reunião e sugestão foram de grande incentivo. Agradeço cordialmente pela confiança depositada em mim. Seu profissionalismo, ética e comprometimento são fontes de inspiração para a minha trajetória pessoal e profissional.

Às minhas colegas de turma: Ana Vitória, Márcia Gabriele, Carla Emilayne, Milla Andrade e Adlla Costa, agradeço pela amizade, cooperação e incentivo mútuo ao longo desta jornada acadêmica. Compartilhamos horas de estudos, conversas, risos, fofocas e, de vez em quando, um pouquinho de desentendimento, mas sempre nos apoiando mutuamente durante todo esse processo. Foi a presença de cada uma que tornou este percurso mais leve e agradável, especialmente a minha duplinha querida, Milla Rayane, que surgiu da persistência e acabou se tornando o melhor presente que ganhei, tornando esse processo mais leve e divertido. Esse vínculo eu pretendo levar para toda a vida, afinal, *o mundo é nosso*. Agradeço pela parceria nos trabalhos, pela solidariedade nos momentos difíceis e pela comemoração durante as conquistas.

Só tenho a agradecer à Banca examinadora, composta pela Profa. Dra. Aline Almeida Inhoti e pela Profa. Brenda de Freitas, que gentilmente aceitaram o convite para avaliar este estudo. O olhar atento e criterioso de cada uma proporcionou grandes aprendizados, pois a oportunidade de dialogar com profissionais de tamanha competência foi um privilégio.

Também deixo registrada minha eterna gratidão aos professores do Curso de Letras – Língua Portuguesa da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, *Campus* Avançado de Patu, que, com sua dedicação e compromisso, contribuíram de maneira significativa para a minha formação acadêmica. Cada disciplina cursada contribuiu para o meu crescimento intelectual e pessoal. As orientações e ensinamentos oferecidos pelos docentes foram fundamentais para o desenvolvimento das habilidades que agora aplico na realização deste estudo. Agradeço a todos aqueles que, de alguma forma, contribuíram direta ou indiretamente para a concretização deste sonho.

Por fim, este trabalho é muito mais do que uma etapa concluída, é a expressão do meu esforço e dedicação, inspirado na mais ilustre docente que

conheci, aquela que me mostrou que ser professora é muito mais do que ensinar a ler e escrever: ela me mostrou o mais genuíno amor. A esta senhora dedico esta conquista, minha eterna tia Hilza.

E a todos que fizeram parte desta caminhada, meu sincero e eterno agradecimento.